

## RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO DO ANO DE 2006

**Nos termos estatutários este Relatório será votado no Conselho Nacional, valendo a sua aprovação pelo Conselho para todos os efeitos legais, todavia a Direcção, ao abrigo do seu Programa de Candidatura, pretende levá-lo também a Assembleia Geral.**

### I. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E CONTACTOS INSTITUCIONAIS

Durante o ano de 2006, o SNESup prosseguiu a procura de visibilidade e o estabelecimento de contactos institucionais em diversos planos.

No domínio da visibilidade na comunicação social para além de peças em rádios (principalmente) e televisões (8), é de registar a publicação de 101 notícias mencionando o SNESup em 51 órgãos de comunicação diferentes, incluindo comunicação social regional e digital, e realizada uma conferência de imprensa, isto no que se refere à Direcção do Sindicato. Foram publicados quatro artigos de opinião na comunicação social. Estes resultados devem-se em grande parte ao apoio profissional da agência “Parceiros de Comunicação” e sobretudo de Cláudia Magalhães, falecida em Novembro em desastre de aviação no Chile, com grande mágoa de todos os que com ela tiveram oportunidade de colaborar.

Sem qualquer apoio profissional, a Comissão Sindical da Universidade dos Açores deu várias entrevistas e depoimentos à comunicação social da região – sobretudo quando teve de levar a Tribunal uma providência cautelar contra uma decisão do Reitor – e alcançou a publicação de cerca de 30 notícias sobre o SNESup em vários órgãos de comunicação da Região, incluindo a RTP-Açores e as rádios, em especial, a RDP, fazendo praticamente o pleno da comunicação social do Arquipélago

O SNESup reeditou em 2006 na RTP o tempo de antena dedicado ao subsídio de desemprego emitido em 2005, como forma de marcar que o problema se mantinha sem qualquer evolução.

No domínio dos contactos com os órgãos de soberania é de realçar que teve lugar em 31 de Julho de 2006 a até agora única reunião do SNESup com o Ministro Mariano Gago, no contexto aliás de um pedido de reunião formulado conjuntamente com a FENPROF. Na sequência dessa reunião tornaram-se normais os contactos com o Gabinete do Ministro. Anteriormente haviam sido já estabelecidos contactos com a Direcção-Geral do Ensino Superior, aliás por iniciativa desta.

Realizaram-se contactos com Grupos Parlamentares da Assembleia da República a propósito da nova tentativa de introdução no Orçamento do Estado para 2007 de uma norma criando o subsídio de desemprego para o conjunto dos trabalhadores da Administração Pública, sequência de idêntica iniciativa do SNESup em 2005, a qual nos levava já depois da rejeição desta proposta pela Comissão Parlamentar de Orçamento e

Finanças, a ter uma audição no início de 2006 com a Comissão Parlamentar do Trabalho.

Não foram mantidos quaisquer contactos com o CRUP, que nunca respondeu a um pedido de reunião da Direcção do SNESup na sequência imediata da sua tomada de posse em Fevereiro de 2006, e uma reunião pedida ao CCISP foi adiada *sine die*. No entanto realizaram-se contactos com várias Reitorias e Presidências de Institutos Politécnicos e Direcções de Faculdades e Escolas Politécnicas.

O SNESup tem mantido uma presença constante junto dos corpos docentes da generalidade das instituições de ensino superior público, em grande parte através da comunicação por correio electrónico. A *Ensino Superior – Revista do SNESup*, graficamente remodelada a partir do nº 20 sob a direcção de José Peixe e com a colaboração profissional da “Terra das Ideias”, publicou 4 números, com uma tiragem de 5000 exemplares cada, e o Site [www.snesup.pt](http://www.snesup.pt), em remodelação, com mais de 1000 acessos diários, deram um contributo importante para a visibilidade do Sindicato. Foram publicados da *newsletter* quinzenal *InfoSNESup* os números 28 a 49, sendo de notar que, quer por iniciativa dos próprios associados quer por via da sua colocação no site, a *InfoSNESup* acaba por ter uma difusão mais ampla que a do universo dos associados a que é endereçada.

Faltarão, excepto no caso da Comissão Sindical da Universidade dos Açores – Ponta Delgada, autonomia para o desencadeamento de iniciativas comunicacionais próprias a nível das estruturas sindicais descentralizadas. Anote-se contudo a criação de um endereço de correio electrónico sindical pela Comissão Sindical do Instituto Superior de Contabilidade de Administração (ISCAP).

Esta grande presença do SNESup no terreno facilitou o desenvolvimento de uma colaboração com a única outra organização sindical que tem alguma implantação no ensino superior – a FENPROF – e com dois dos seus Sindicatos – o SPGL e o SPN, bem como com a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), com a qual o SNESup tem um protocolo de colaboração, tendo realizado várias reuniões de trabalho e participado na sua conferência nacional. De notar que o SNESup procurou em 2006 desenvolver, conforme comando estatutário, uma cooperação directa com as confederações sindicais e pedir o estatuto de observador ou equivalente. Nos anos anteriores tivemos a percepção de que a progressiva integração dos sindicatos da FENPROF na CGTP estava a prejudicar essa possibilidade, situação que terá melhorado no ano passado. No entanto, apesar de se ter concertado com a FENPROF a participação conjunta de uma representação do ensino superior e investigação, com carácter nacional, integrando ainda a ABIC, na manifestação que a CGTP realizou em Lisboa em 25 de Novembro, alguns dos seus Sindicatos, hostis a uma acção conjunta com o SNESup, convocaram concentrações do ensino superior para algumas das restantes capitais de distrito. Com a CGTP em si, como aliás com a UGT, não existiram dificuldades de relacionamento.

O SNESup apoiou também a divulgação de iniciativas da Comissão Nacional de Defesa de uma Carreira para os Encarregados de Trabalhos e da Comissão Organizadora da ADDEESP – Associação de Defesa dos Docentes Equiparados do Ensino Superior Politécnico, tendo participado em 27 de Maio num Encontro Nacional e organizados por colegas do ISCAP.

Com vista a facilitar o relacionamento com instâncias e organizações estrangeiras e internacionais, foram encomendadas em 2006 traduções dos Estatutos do SNESup em francês e em inglês, tendo ficado concluída a primeira.

## II – POLÍTICA EDUCATIVA E POLÍTICA CIENTÍFICA

Em matéria de política educativa e de política científica o SNESup procurou, em 2006, estar presente em diversos vectores de actividade.

O Sindicato acompanhou a concretização legislativa do processo de Bolonha e procurou, quer através de uma sondagem *on line* colocada no seu *site*, quer da criação de um endereço de correio electrónico [bolonha@snesup.pt](mailto:bolonha@snesup.pt), recolher opiniões, informação e documentação sobre a sua aplicação nas instituições. O Sindicato denunciou publicamente e na reunião com o Ministro em 31 de Julho a equiparação das provas públicas para licenciados a doutoramentos para efeitos de verificação das qualificações do corpo docente, bem como a desvalorização dos antigos mestrados.

De assinalar que fomos convidados a participar em discussões públicas sobre a implementação do processo de Bolonha, tendo o Presidente da Direcção participado no VII Encontro Nacional de Estudantes de Economia, realizado a 30 de Março no Auditório do Casino da Figueira da Foz, tendo abordado as implicações de Bolonha para os estudantes e para os métodos de ensino e de aprendizagem e no âmbito da iniciativa “Conversas na Livraria”, numa tertúlia promovida pela Livraria da Praça, em Viseu, no dia 6 de Abril, onde aborda a questão das implicações de Bolonha para as instituições de ensino superior do interior do país.

Participámos ainda, com intervenção, no Congresso Nacional do Instituto Superior Politécnico realizado em Castelo Branco e organizámos, através os seus delegados sindicais, um debate na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra sobre a reestruturação do ensino superior.

Assegurámos a representação institucional na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo da Universidade de Lisboa e divulgado o discurso do Reitor António Nóvoa, que rompeu com um certo estilo de intervenção reitoral acomodada muito vulgar nos anos mais recentes, acompanhámos a eleição do novo Presidente do Instituto Politécnico do Porto, tendo SNESup pedido expressamente ao Ministro a sua homologação a fim de que a gerência anterior se não eternizasse e tomámos posição sobre a regularidade das eleições para a Assembleia de Representantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, cujo corpo eleitoral foi alterado a meio.

O SNESup reuniu na fase preliminar (em Maio) com os peritos da ENQA e da OCDE envolvidos no processo de avaliação do ensino superior português, remeteu-lhes (em inglês) um relatório dos inquéritos que realizou sobre a aplicação dos estatutos de carreira e as condições de exercício das actividades de investigação e, aquando da apresentação, no final do ano, dos relatórios destas organizações, participou nas respectivas sessões e emitiu publicamente comentários.

O Sindicato inquiriu o Ministério da Educação sobre a proibição das requisições de professores do ensino básico e secundário para exercício de funções docentes no Ensino Superior, tendo sido informado de que seriam aceites desde que se destinassem ao exercício de funções essenciais ao processo de formação de professores e o Ministério<sub>3</sub>

dos Negócios Estrangeiros sobre a situação dos docentes portugueses em Timor Lorosa'e.

Foram retomados os trabalhos com vista à criação de um Centro de Documentação do Sindicato, cujos primeiros resultados estarão visíveis em 2007.

O SNESup seguiu os processos de acordo com o MIT e de Parceria com a Fundação Carnegie / Mellon, tendo-se feito representar os eventos públicos convocados pelo MCTES nesse âmbito.

Participámos com intervenção na 2<sup>a</sup> Conferência do Emprego Científico promovida pela ABIC em Braga no mês de Outubro e associámo-nos à realização de um Debate sobre a Investigação em Ciências Sociais que teve lugar em Junho na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

Logo a partir de Março, o Sindicato teve de intervir contra um atentado à liberdade de investigação consubstanciado numa ordem (ilegítima) para todo o pessoal docente assistir aos denominados Seminários de Investigação que estavam a ter lugar no Instituto Superior de Gestão, escola onde no ano anterior o único Centro de Investigação fora desactivado em consequência de actuações da Direcção. Tendo sido instaurado um processo disciplinar com vista a despedimento contra duas associadas, uma delas delegada sindical o SNESup não só mobilizou apoio jurídico como testemunhas externas, uma delas o colega João Cunha Serra, dirigente da FENPROF. Quando conhecidas as penas (de suspensão) aplicadas, que irão ser contestadas judicialmente, os delegados sindicais do SNESup associaram-se a uma acção de protesto junto da administração.

Reunimos com o Conselho Directivo da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto para debater alguns aspectos de organização da investigação naquela Faculdade.

A *newsletter* InfoSNESup foi dando conta de várias iniciativas, programas e ocorrências no domínio da política científica nacional e europeia.

### III – POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

Durante o ano de 2006 os docentes do ensino superior e investigadores defrontaram-se com um uma sensível degradação das suas condições de segurança no emprego, de remuneração e de protecção social Essa degradação teve origem quer em medidas legislativas, quer em actuações das entidades empregadoras, que se acentuaram com o anúncio do Orçamento do Estado para 2007.

Em termos de *segurança no emprego*, registaram-se supressões de postos de trabalho quer no ensino público quer no ensino particular e cooperativo, contratação extra-carreira de docentes que deveriam ser contratados / permanecer na carreira, encurtamento dos períodos contratuais em relação ao legalmente previsto para a sua renovação.

Em termos de *remuneração* registaram-se casos de passagem forçada de docentes em dedicação exclusiva de tempo integral e até para tempo parcial, e até de contratação em categoria inferior. Os assistentes do Politécnico deixaram de ter direito a serem pagos como Professores Adjuntos nos casos em que exerçam essas funções (medida incluída

no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2006). Continuou suspensa durante todo o ano a contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão salarial, tendo algumas instituições, indevidamente, bloqueado também a mudança de escalão dos assistentes do Politécnico que concluem o primeiro triénio.

Em termos de *protecção social*, não só continuou a verificar-se a omissão legislativa relativa à protecção no desemprego para quem está inscrito na Caixa Geral de Aposentações, como essa eventualidade ficou também sem protecção para os admitidos posteriormente a 1 de Janeiro de 2006 e inscritos na Segurança Social e a quem algumas instituições, como é o caso do Instituto Politécnico de Leiria, recusam o direito de optarem pela inscrição na ADSE.

O SNESup não é convidado pelo Governo para as negociações do regime da função pública – apesar de invariavelmente, apresentar propostas para negociação geral anual – razão que o levou a colocar acções judiciais em benefício de associados onde se pede a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade das normas que têm operado alguns destes retrocessos remuneratórios. Também, no que respeita à denúncia de contratos, tem colocado acções judiciais pedindo o pagamento de indemnizações compensatórias por caducidade bem como o pagamento, a título de indemnização por omissão legislativa, de importância equivalente ao montante do subsídio de desemprego que seria devido.

Em geral, o Sindicato tem colocado acções no interesse individual dos associados – que legalmente estão isentas de taxa de justiça e de custas – em situações de não renovação de contratos, de não pagamento de subsídio de desemprego, de exigência indevida de propinas de mestrado e de doutoramento e de exclusão indevida de concursos, isto é em acções que não suscitam considerações de mérito ou não implicam conflitos de interesse com outros associados. Nos restantes casos é assegurada, para além de apoio de advogado, uma participação em despesas judiciais que teve de ser limitada por tender a consumir cada vez maiores recursos financeiros. Essa limitação passou a abranger um limite global de despesas por associado, conforme deliberação do Conselho Nacional.

O Sindicato subscreveu no início do ano o abaixo-assinado da CGTP sobre apoio judiciário e custas judiciais e continua a defender a institucionalização de mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos.

A crescente instabilidade e insegurança no exercício da actividade profissional levou a que, durante o ano de 2006, fossem:

- prestadas 479 respostas a pedidos de apoio jurídico *on line*;
- asseguradas 528 consultas jurídicas presenciais, sendo 330 em Lisboa, 137 no Porto e 61 em Coimbra

Em cumprimento do seu programa de candidatura, a Direcção operou uma viragem do trabalho do Sindicato do mero apoio jurídico para a intervenção nas Escolas, com realização de reuniões, e/ou para o diálogo com as entidades empregadoras e o Ministério de tutela, interligando estreitamente, sempre que possível, estas três componentes.

Tal sucedeu, por exemplo, no caso das Universidades do Minho, Évora, Algarve e Açores, e dos Institutos Politécnicos de Viana do Castelo, Bragança, Porto, Viseu, Castelo Branco (Escola Superior Agrária), Tomar, Santarém (Escola Superior Agrária)

e Escola Superior de Gestão) Setúbal (Escola Superior de Tecnologia e Escola Superior de Educação) e Beja, bem como nos universos do Instituto Piaget e da Ensinus (Instituto Superior de Novas Profissões e Instituto Superior de Gestão).

Por outro lado, foi a percepção da situação nas instituições e a análise atenta dos pedidos de apoio jurídico que permitiu propor as “Seis medidas para a estabilidade profissional e para a protecção em caso de desemprego” apresentadas ao MCTES na concentração conjunta com a FENPROF realizada em 8 de Junho, propostas de redacção para medidas legislativas com vista à criação de subsídio de desemprego, posição sobre o despacho de regulação das admissões de docentes nas instituições do ensino superior (ainda não publicado).

Do MCTES obteve-se apenas a criação, em termos muito limitados, de um programa de bolsas para docentes desempregados.

As intervenções que levaram à apresentação das “Seis Medidas” e à obtenção das Bolsas para docentes desempregados foram feitas em conjunto com a FENPROF. Igual conjugação de esforços teve também lugar entre o SNESup e o SPN no caso da Bolsa de Emprego do IP Porto e da convocação de uma reunião de docentes da ESTG de Viana do Castelo e de uma reunião de docentes da Universidade do Minho (que viria a concretizar-se já no início de 2007), e entre o SNESup e o SPGL relativamente às situações nos Institutos Politécnico de Tomar e de Setúbal e na Escola Superior Agrária de Santarém.

O SNESup prestou particular atenção à existência de docentes a recibos verdes, tendo exigido a diversas Universidades a prestação da informação legalmente exigível sobre o assunto e conseguido, através do recurso à Inspecção-Geral da Ciência e do Ensino Superior, promessas de regularização de situações na Escola Superior de Educação de Setúbal e na Universidade de Évora.

No ensino superior particular e cooperativo o SNESup está a participar em mesa negocial própria no processo de negociação do Acordo de Empresa na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em representação dos docentes da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, com quem foi discutida a nossa proposta negocial e cujas delegadas sindicais integram a nossa Comissão Negociadora.

É de referir ainda o sucesso obtido em segunda instância com a colocação de providência cautelar contra a não consideração do tempo de serviço no ensino superior nos concursos do Ministério da Educação. No plano legislativo esta discriminação foi atenuada com o novo regime de concursos. A defesa da dignidade dos docentes do ensino superior passa, para o nosso Sindicato, pela defesa da consideração da experiência obtida no ensino superior mesmo quando transitam para fora dele. Para enquadrar a luta por esses direitos foi criado o Núcleo de Antigos Docentes do Ensino Superior.

Preparando o futuro, a Direcção do SNESup colocou em discussão pública uma proposta de linhas gerais de orientação em matéria de revisão do ECDU e promoveu em Lisboa e em Coimbra debates sobre o Contrato de Trabalho no Ensino Superior Público, com a presença, respectivamente, dos juristas António Garcia Pereira e Paulo Veiga e Moura. Lançou ainda um questionário aos “falsos convidados” das universidades, isto é, a docentes em tempo integral cujas habilitações lhes permitiriam estar integrados na carreira.

Não se situando embora esta modalidade de intervenção no âmbito da política reivindicativa, regista-se aqui que o SNESup manteve iniciativas junto do Ministério Público em defesa da transparência nos concursos e foi recebido na Procuradoria-Geral da República em finais de Setembro.

#### IV – ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Apesar da entrada em funções de nova Direcção em 2006, numa eleição aliás bastante participada (544 votantes) os ciclos de disponibilidade dos dirigentes, próprios da vida académica e inerentes à recusa de desempenho de funções com carácter profissionalizado, condicionaram bastante o trabalho da Direcção. O mesmo se diga da acção dos Delegados Regionais, cujo número aumentou, tendo pela primeira vez sido adoptado o critério de nomear mais do que um Delegado Regional nos casos de Lisboa, Porto e Coimbra.

Em termos de rede de Comissões Sindicais iniciou-se o mandato com o número nunca antes atingido de Comissões Sindicais em 60 instituições. Posteriormente, durante o ano de 2006, foram eleitos representantes na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nas Faculdades de Ciências e de Letras da Universidade do Porto, na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, nas Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão e de Saúde do Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Tecnologia de Tomar e na Escola Superior de Saúde do Alcoitão. Deixou de existir representação na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e no ISLA de Santarém.

Já no primeiro trimestre de 2007, a rede seria reforçada com eleições na Universidade da Madeira, na Universidade da Beira Interior e na Universidade Aberta, bem como na Escola Superior de Tecnologias de Saúde de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa e ISEIT de Almada e na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian da Universidade do Minho. Deixou entretanto de existir representação no Instituto Superior de Novas Profissões.

Só à data de elaboração do presente relatório nos é possível apresentar um balanço da situação dos inscritos do SNESup, que será divulgado separadamente, já que apenas no final de 2006 se retomou o relacionamento contratual com a empresa Planeta Virtual, que concebeu, implementou, e, nos primeiros tempos, deu assistência técnica ao nosso sistema de gestão de dados sobre os inscritos no SNESup, e à qual pedimos agora uma maior flexibilização das aplicações.

O número de novas sindicalizações em 2006 foi de 238, tendo-se registado 68 desvinculações. De notar que as situações de aposentação, perda de vínculo laboral e exercício de outras funções não nos são imediatamente comunicadas, nem é fácil distingui-las das situações de cessação de pagamento que representam incumprimento voluntário de obrigações. Por outro lado, é frequente um associado voltar à instituição de origem ou mudar de instituição sem que o desconto da quota seja retomado / mantido pelos serviços processadores de vencimentos. Ainda merece referência que muitos serviços processadores de vencimento tardam em iniciar os descontos.

Neste contexto, um acidente informático que ocorreu durante o ano de 2006 e que suscitou um grave atraso no processamento de informação sobre quotas dificultou a percepção imediata dos efeitos do movimento de aposentações, perda de vínculo laboral ou simples suspensão injustificada do não pagamento de quotas e uma reacção atempada, quer junto dos associados, para esclarecer a situação, quer em termos de supressão de benefícios nos casos de suspensão por não pagamento de quotas sem justificação.

Entretanto, só na fase final de 2006 adoptámos uma postura mais proactiva no domínio das sindicalizações, essencial no plano financeiro uma vez que, como é compreensível, as sindicalizações na iminência de perda do posto de trabalho não geram uma receita sustentada.

Entretanto, foram entre outros, celebrados protocolos com a CGD e o Banco Best que se poderão revelar de interesse para os actuais associados do SNESup e para a angariação de outros.

O SNESup manteve, conforme compromisso da nossa candidatura, um quadro limitado a 6 funcionários (4 Lisboa, 1 Porto, 1 Coimbra) a que é de acrescentar uma colaboradora para serviços de limpeza e estafeta contratada a termo por imperativo legal (já está reformada) e celebrou em 2006 acordo com uma empresa de prestação de serviços no domínio da saúde, higiene e segurança no trabalho. Os funcionários das sedes de Lisboa e de Coimbra têm também atribuídas tarefas de interesse nacional.

## V – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Durante o ano de 2006 o SNESup foi orientado, à semelhança do que consagra o Regulamento de Organização Financeira e sucedera já em 2003, por um orçamento cujas bases foram aprovadas em Conselho Nacional.

A circunstância de, pelas razões descritas, não ter sido possível acompanhar a evolução da situação quanto a entrada de quotas levou a que só aquando do encerramento das contas se pudesse verificar a sua real evolução – ou seja uma prática estagnação dos proveitos de quotas ao nível de 2006, que se explica, tal como antecipámos no nosso programa de candidatura, pelo aumento do número de aposentados (estatutariamente isentos de quota), pela perda de vínculo laboral de muitos colegas e pela estagnação ou redução de remunerações. Dado que estes factores continuarão a fazer-se sentir, e de forma agravada, nos próximos anos, forçoso se torna incrementar novas sindicalizações, apesar das condições altamente desfavoráveis.

Na previsão de uma redução de proveitos que acabou por não se materializar, foi feita uma gestão orientada para a redução de custos que passou por:

- reformulação do apoio jurídico, com redução de 6 para 5 advogados com padronização dos valores das suas avenças, adopção de um regime de comparticipação nas despesas judiciais mais restritivo e mais largo recurso à figura de defesa colectiva de interesses individuais;
- redução ao mínimo do envio de documentação em suporte papel;



- supressão da edição de Novembro/ Dezembro da *Ensino Superior – Revista do SNESup*;
- não convocação de qualquer Encontro ou Congresso.

Diminuíram entretanto os encargos com os órgãos nacionais por força de uma menor frequência das suas reuniões, excepto no que diz respeito à Direcção, que teve de assegurar deslocações para representação institucional ou para reuniões com órgãos de gestão e docentes.

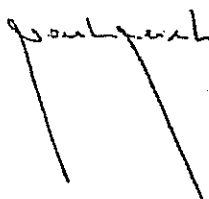
Foi retomada a prática de proceder a aplicações financeiras das disponibilidades existentes. Para o efeito foram sendo auscultadas as várias instituições bancárias com que o SNESup trabalha (CGD, Montepio e BNP/Banco Popular). Foram feitas aplicações nas duas últimas e posteriormente no Banco BEST, por oferecer condições mais vantajosas.

Será de chamar a atenção para que o Fundo de Greve e Solidariedade suportou em 2006 pagamentos de compensação a 6 associados que perderam o posto de trabalho em condições que a Direcção considerou serem consequência da adopção de linhas de conduta preconizadas ou ratificadas pelo Sindicato, pagamentos esses que terão continuidade em 2007 até ao enquadramento dos colegas no programa de bolsas para docentes desempregados. Essas importâncias têm sido pagas a título de empréstimo, recuperável em caso de sucesso judicial e, em 5 dos 6 casos, por contrato formal, reembolsáveis mesmo em caso de insucesso mas com um período de reembolso dilatado. Em 2 outros casos – o das associadas do ISG que perderam remuneração por motivo de suspensão – o reembolso será devido em caso de sucesso judicial.

Os pagamentos do Fundo de Greve por força da concessão de empréstimos nestas condições não são levados a custos.

Em 30 de Março de 2007

Pela DIRECÇÃO  
O PRESIDENTE



Paulo Peixoto